

TERRITORIALIDADES EM TENSÃO: A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria
Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti
UNESP Marília
mirian@marilia.unesp.br

Resumo

A pesquisa analisa o processo de reprodução social nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, com destaque para a análise do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão/SP, que completou 28 anos em 2014. A expressão “reprodução social” é empregada como conceito, que designa o processo pelo qual as gerações mais velhas conseguem fazer com que as gerações mais novas compartilhem suas visões de mundo e projetos de vida. Neste sentido, quando se refere aos assentamentos de Reforma Agrária, o conceito de reprodução social sintetiza as diferentes formas com que a primeira geração de assentados, já envelhecida ou em compasso de envelhecimento, gradativamente vai deixando de ser protagonista no trabalho e na gestão da terra. No caso dos assentamentos, isto se torna um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos de reforma agrária somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária - a herança. Com relação a territorialidades em tensão nos apoiamos em autores que, no âmbito da geografia, orientaram suas análises para a utilização da categoria território com o sentido de compreender as relações sociais e a apropriação social do espaço. A tensão se refere aos conflitos entre classes, grupos e etnias e também no interior desses segmentos. Nesta pesquisa se refere aos conflitos geracionais nos assentamentos de reforma agrária. Destacamos que o território é uma categoria complexa que pressupõe o processo pelo qual o espaço geográfico é apropriado e esse processo de apropriação - territorialização - enseja identidades - territorialidades - que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial. Estamos diante *de* uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território a condição de existência material, já os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido, só se apropriam daquilo a que atribuem significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica.

Palavras-chave: Territorialidades; Reforma Agrária; Reprodução Social; Movimentos Sociais.

TERRITORIALIDADES EM TENSÃO: A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A pesquisa que ora apresentamos analisa o processo da reprodução social nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, com destaque para a análise do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão/SP, que completou 28 anos em novembro de 2014. A expressão “reprodução social” é empregada como conceito, que designa os processos pelos quais as gerações mais velhas conseguem fazer com que as gerações mais novas compartilhem suas visões de mundo e projetos de vida. Neste sentido, quando se refere aos assentamentos de Reforma Agrária, o conceito de reprodução social sintetiza as diferentes formas com que a primeira geração de assentados, já envelhecida ou em compasso de envelhecimento, gradativamente vai deixando de ser protagonista no trabalho e na gestão da terra.

Para a compreensão da problemática da sucessão geracional dos camponeses nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, nos apoiamos no conceito de “Reprodução Social”, que de acordo com Bourdieu (1974), é “o processo social pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações”. O autor utiliza esse conceito para avaliar a maneira como instituições sociais são usadas para transmitir idéias culturais que servem de base e dão respaldo à posição privilegiada das classes dominantes ou governantes. Assim, a reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Portanto, os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da estrutura social existente num dado momento (BOURDIEU, 1974).

No caso dos assentamentos, isto se torna um problema na medida em que as gerações originais devem ser sucedidas pelas novas, tendo em vista que os lotes que compõem os assentamentos de reforma agrária somente podem ser legalmente transferidos mediante sucessão hereditária - a herança (SIMONETTI, 2013). Quando se observa que os assentamentos, em sua maioria, foram conquistas decorrentes das lutas dos movimentos sócioterritoriais, o problema da reprodução social se torna ainda mais acentuado.

Com relação às ‘territorialidades em tensão’ nos apoiamos em alguns autores que, no âmbito das ciências humanas, orientaram suas análises no sentido de compreender os grupos humanos e a sua apropriação do espaço, dentre eles RAFESTAIN (1993); SANTOS (2002); PORTO-GONÇALVES (2002); MALDI (1998). Alguns desses autores evidenciaram a dimensão material da existência humana (os meios materiais de existência), e a dimensão simbólica (o significado que

confere ao lugar um sentido de pertencimento e de identidade) do território. Não cabe neste texto ampliar essa discussão e sim resgatar as referências sobre as quais nos baseamos para a discussão das territorialidades em tensão que aparecem nesse texto.

Para MALDI (1998),

O território é uma representação coletiva, uma ordenação primeira do espaço. A transformação do espaço em território é basicamente um fenômeno de representação pelo qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade (...). É também a raiz para a formulação coletiva da identidade. O indivíduo constrói sua identidade baseando-se na sua localização com relação ao um grupo na relação que possui com a totalidade, de tal forma que o território passa a ser determinado e vivido por meio do conjunto das relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade. (MALDI, 1998: 03)

Raffestain (1993), ao analisar as relações de poder e sua territorialização, mostra as diferenças entre espaço (realidade material preexistente) e território (produto de uma ação social), para o autor "ao apropriar-se de um espaço, concreta ou abstratamente - por exemplo pela representação - o ator territorializa" o espaço". O espaço seria a "prisão original", enquanto o território seria "a prisão que os homens constroem para si". Nesse processo de apropriação e controle, a territorialização se inscreve sempre em um campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídico-políticas), mas também imaterial, ou seja, simbólica.

Milton Santos reafirma essa concepção ao reforçar a dimensão do território e sua identidade, para ele

“o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade em si. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002:10)

Dai se depreende que o território vai além de uma substância que contem recursos naturais e população (demografia) e, assim estariam dados os elementos para constituir o Estado. O Território é uma categoria complexa, que pressupõe espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação - territorialização - enseja identidades - territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial. Estamos diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território a condição de existência material. Já os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido,

só se apropriam daquilo a que atribuem significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica. (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Para nós as territorialidades em tensão se referem aos conflitos entre classes, grupos e etnias e também no interior desses segmentos. Nesse caso, se refere aos conflitos geracionais nos assentamentos de reforma agrária.

O Assentamento pesquisado é fruto de um movimento que teve início em 1983 que, depois de muitos conflitos e embates, resultou na desapropriação da fazenda, em 1986 pelo Governo estadual. Em 1987 ocorreu o assentamento de 44 famílias que inicialmente acamparam na região. Nesse mesmo ano acamparam mais 300 famílias oriundas da região de campinas - organizadas pelo MST - e simultaneamente iniciou-se a seleção mediada pelos órgãos, INCRA, representantes das prefeituras e sindicatos de trabalhadores da região. Assim, é possível verificar a diversidade e a complexidade existente nesse Assentamento. Cada grupo possui características próprias, pois ao lado daqueles que participaram da luta pela terra, através da organização política (acampamentos, confrontos com os proprietários e com o Estado), estão aqueles que ao serem cadastrados pelas prefeituras e sindicatos também tiveram acesso à terra. Por fim, cabe destacar que o referido assentamento é um dos primeiros realizados no país tendo por referência o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária (PNRA). (SIMONETTI, 2011)

Nas pesquisas realizadas constatamos que é impossível pensar e tipificar os assentados da 1ª geração como um conjunto, pois, cada grupo de famílias, ou mesmo cada família, tem uma história de vida diferente. Tomando por referência apenas o local de nascimento desses trabalhadores, é possível chegar a um mapa de múltiplas flechas que indicam a sua trajetória de migração. Observa-se pelos dados colhidos em nossas pesquisas que eles são originários de dezesseis estados da federação, sendo que dos 634 titulares selecionados pelo INCRA, 62% moravam na região sudeste. Esses eram, na sua maior parte, trabalhadores da região, assalariados permanentes ou temporários dos quais 84% trabalhavam com atividades agrícolas há mais de 20 anos. São trabalhadores provenientes de Promissão, Castilho, Penápolis, Getulina, Lins, Barbosa, Birigui, José Bonifácio, Ubarama e etc. Caracterizam-se por extrema diferenciação quanto à ocupação anterior: são ex-posseiros, ex-trabalhadores temporários do campo, ex-arrendatários, ex-pequenos proprietários, expulsos, quer pelo movimento do capital, quer pelo Estado para a construção de barragens. A experiência com a terra dessas famílias se refere às culturas do café, cana, laranja, arroz, feijão, milho, algodão e também com o trato dos animais. Há ainda os trabalhadores de origem urbana, oriundos das grandes cidades, filhos e netos de trabalhadores rurais ou de camponeses. (SIMONETTI, 2011)

A busca da terra para plantar, colher, viver, morar, foi à aspiração que moveu esses migrantes que, expulsos, percorreram o país do sul até Rondônia e de lá até o Paraguai. Alguns

passaram pelas áreas de produção e colheita do café em São Paulo, no Paraná, outros pela cana-de-açúcar em São Paulo, pelas empresas de reflorestamento do Mato Grosso e Minas. Outros tentaram obter terras de colonização no norte do país e chegaram à região com uma única esperança - conseguir um pedaço de terra para viver.

Entre as famílias assentadas, encontramos as que entraram na luta pela terra, ou organizadas pela Igreja progressista via Comunidades Eclesiais de Base, ou via Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e até os que nunca lutaram por terra, chegando ao assentamento via inscrição em prefeituras e sindicatos. Diversos são os caminhos que conduziram homens e mulheres à luta pela terra. Por trás dessas diferenciações, a aspiração por terra para moradia e meio de subsistência, liberdade e autonomia foi o elemento unificador.

Para os assentados da primeira geração, cujo passado, remoto ou recente, foi marcado pela vida e trabalho na terra, ela representou um projeto de vida. Nesses casos, a entrada no movimento de luta não foi apenas movida pelo ideal de busca da terra prometida, mas sim pelo grande trauma representado pela desorganização de suas vidas e de seus pais quando devido à expropriação, a expulsão do campo e a proletarização nas cidades. É assim que essas famílias chegaram às terras de Promissão, portando uma longa trajetória de lutas e sonhos. Passar à condição de assentados foi um longo processo, que comportou de sonhos a frustrações. A construção da vida na terra foi um processo de reconstrução de suas territorialidades. É um processo em curso, um vir-á-ser em realização. Trazendo consigo um passado de lutas e na memória o ideário camponês, muitas famílias assentadas reconstruíram suas vidas nessas terras. (SIMONETTI, 2011)

Nestes termos, destacamos os múltiplos momentos e enfoques de análise que realizamos nesses 28 anos no assentamento: a expropriação/desterritorialização, a luta pela terra, a chegada à nova terra e a reconstrução do território camponês e de suas relações e suas identidades/territorialidades. Esses momentos se multiplicaram em dias de plantar, dias de colher, de consumir ou de vender, de comemorar ou de recomeçar. As pesquisas estiveram sempre preocupadas em compreender as diferenciações com relação à construção do modo de vida e às relações sociais - desde as de vizinhança, as com a comunidade inclusiva, bem como os conflitos com o Estado e as relações com o capital.

Assim, pensar a história do assentamento revela um exercício imprescindível para os estudos sobre a reprodução social, visto que muitos *titulares dos lotes já se encontram aposentados*. É nesse momento em particular que centramos nossas indagações, na reprodução social, com foco na vida familiar e em como se dará o futuro da condução do lote. Levando em consideração que o trabalho nestas terras se caracteriza como trabalho familiar, quando os titulares dos lotes já não mais têm condições para trabalhar com a terra, como vem se dando a transição da condução dos lotes para os filhos ou netos.

O eixo central da análise consiste em entendermos a família assentada, visto que, esta é uma categoria de análise fundamental, pois concebemos que é a partir da família que essas pessoas também se constituem como cultura e identidades/territorialidades. Procuramos captar o universo cultural e simbólico em que elas estruturam suas práticas e se reproduzem. Para nós, a construção do assentamento é parte do projeto de vida familiar e nesse contexto, o sítio e a casa simbolizam o centro do projeto, o local de reunião da família e o ambiente em que a família se constitui enquanto valor.

Com relação aos estudos sobre a família camponesa, foi Chayanov (1974), quem inicialmente apontou para a necessidade de se construir uma teoria específica de análise da economia camponesa. A unidade de produção familiar foi o cerne de sua análise onde se levou em conta o tamanho da família e a relação entre os que trabalham e os que não trabalham, visando determinar a intensidade da força de trabalho na unidade de produção para verificar a relação entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho.

O autor considera os grupos etários que compõem a família e suas fases biológicas de desenvolvimento, pois ao longo do tempo ocorrem diferenciações na relação da força de trabalho/necessidades de consumo, conforme a dinâmica de crescimento e alterações na unidade camponesa. Ou seja, analisa como um conjunto de produtores e de consumidores. Uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos, aos quais agregar-se-iam outros membros. A razão consumidores/produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento desse grupo doméstico, cujo esforço está centrado em assegurar o equilíbrio entre as unidades de produção e de consumo.

Tavares dos Santos, baseado nas concepções de Chayanov, ao analisar o trabalho dos colonos no sul do Brasil, destaca a importância da força de trabalho da família no processo de trabalho na unidade camponesa

[...] a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p 33-34)

A partir da pesquisa de Chayanov, entende-se um conjunto de fenômenos, entre eles o da organização e estrutura das famílias camponesas, segundo uma lógica que tem em vista a reprodução da família para si, articulada com sua inserção na sociedade capitalista em uma

perspectiva econômica. Em que pese sua contribuição para o entendimento das estratégias de sobrevivência das famílias este autor não ultrapassa os limites da unidade doméstica, de forma a abarcar as relações entre as famílias, analisando-a como uma unidade econômica isolada, cuja produção é o retorno da atividade indivisível da família. Porém fica claro a importância dos membros da família com relação à unidade produtiva.

No Brasil inúmeros trabalhos sobre o campesinato foram influenciados pela perspectiva de Chayanov. Essas pesquisas se caracterizam pela análise do grupo doméstico como unidade de produção e consumo, como um *pool* de forças de trabalho. Outros estudos sobre campesinato apontam o campesinato como uma ordem moral, com destaque para a casa como o *lugar* da família, dentre eles, destaque os trabalhos de Garcia Jr. (1983) e Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), que evidenciam a casa como núcleo simbólico da família. A esfera das percepções simbólicas da casa, as relações hierárquicas associadas aos ambientes internos e externos, as diferenciações de gênero e a associação entre a casa e a família são aspectos transversais nesses estudos.

Para Woortmann (1990) a moral camponesa é constituída por um conjunto de valores, “*Terra, Trabalho e Família*”, sendo que a terra é percebida pelos camponeses enquanto um patrimônio de onde se retira o fruto do trabalho, que garante o sustento da família e das próximas gerações. O trabalho por sua vez, se constitui na integração da força (de trabalho) familiar, elemento que garante a alimentação de todos os integrantes da família, que é entendida, além de uma unidade de produção, também como núcleo que dá base para uma organicidade social camponesa, elemento estruturante e socializador de seus integrantes.

Diante da importância da família no universo camponês, e do envelhecimento dos titulares dos lotes indagamos sobre como vem se dando o processo de sucessão nos assentamentos de reforma agrária. Porém, cabe destacar que os estudos que utilizam a categoria geração são ainda raros em estudos de assentamentos, pois as problemáticas geracionais nestes espaços começaram a se delinear nos últimos anos. Isso se deve devido ao fato de que os assentamentos de reforma agrária começaram a ser constituídos em meados década de 1980. Assim, as preocupações com a sucessão e convivência geracional em contextos de projetos de assentamentos surgem nos últimos anos, onde se problematiza a questão da continuidade desses projetos. Diante disso, o que se encontra ao se buscar estudos de geração e sucessão em assentamentos são estudos voltados à juventude e raros estudos sobre idosos. Geralmente, os estudos de jovens ficam muito presos à categoria *ficar e sair* como uma categoria concreta ou um movimento definitivo dos jovens (ARBAROTTI, 2014).

Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis, os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a

divisão do trabalho nas unidades rurais de produção expressos pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais, em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre a forma de produção centralizadora no mundo rural.

Outro estudo, sobre dinâmica populacional e a sucessão na agricultura familiar do Vale do Taquari, cujos resultados seguem no Quadro 1, mostram os fatores que indicam os motivos que atraem/mantém os jovens no campo ou na cidade.

Quadro 1

Fatores que atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades	Fatores que mantêm os jovens na área rural na opinião dos responsáveis das atuais propriedades
<ul style="list-style-type: none"> • Salário constante • Trabalho menos penoso • Mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre) • Possibilidade de estudo • Liberdade de escolha de opções de trabalho • Ilusão • Possibilidade de maiores de aposentadoria • Mais lazer • Vida social mais intensa • Melhor Status 	<ul style="list-style-type: none"> • Apego e amor a terra • Custo de vida mais barato • Um lugar mais seguro • Ser dono de seu próprio negócio • Melhor qualidade de vida • Garantia de trabalho • Tradição • Dificuldade de arrumar emprego • Vocação • Mais próximo à família • Melhor remuneração

Fonte dos dados: Pesquisa Dinâmica populacional e a sucessão na agricultura familiar do Vale do Taquari – UNIVATES / FETAG / MDA (novembro de 2005)

Percebe-se que aspectos vinculados aos fatores subjetivos tais como a segurança, a tradição e a noção de pertencimento ao território desperta nos indivíduos o desejo de permanecer nos lotes de seus pais, já os aspectos ligados a materialidade da vida indica a preferência nos jovens de buscar a saída do assentamento.

Para Lacerra (2014), compreender como a juventude constrói e resignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo (lugar atrasado, desinteressante) e em outros processos com a valorização do campo (local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho). Uma pequena parcela das pesquisas trata da participação política desses jovens, sendo que as únicas referências estão ligadas aos jovens de assentamentos rurais, nesse sentido não existem estudos sobre quilombolas, indígenas, fundos de pastos e outros coletivos de juventude.

Para Andrade (1998) a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra, isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas. Ser militante destaca-se também como uma forma de

acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes...), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados (Scopinho, 2013). Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instancias políticas (coordenações e associações).

Para Castro, E. G. (2005) esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos; antes eram atores participativos e agora pouco se envolvem com os desafios que os lotes proporcionam. Isso demonstra segundo Castro *et al* (2009) uma distância entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da realidade vivida nos assentamentos. A pesquisa citada anteriormente também elencou as principais construções sociais sobre a categoria jovem rural presente nos trabalhos acadêmicos desde 1985. As autoras demonstram a emergência da expressão da Juventude Rural enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via camponesa, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Os estudos sobre juventude rural se somam aos estudos de geração no que concerne a análise da reprodução social. Cabe salientar que aqui consideramos gerações tal como os autores que afirmam que geração não se refere às diferenças de idades, mas sim aos indivíduos que compartilham experiências sociais e históricas comuns e, por isso, suas trajetórias estão marcadas por eventos passados e por projetos futuros que em certa medida se assemelham e em outros se distanciam (MANNHEIM, 1992; DEBERT, 1998).

Para a discussão dessa problemática a Agrovila Campinas, pertencente ao Assentamento Reunidas foi escolhida para realizarmos nossa pesquisa. Sua escolha se deve por se tratar de uma das únicas que seus protagonistas obtiveram acesso a terra através das lutas via acampamento do MST. Parte significativa dos assentados, 50%, da primeira geração entraram em seus lotes com a idade entre 30 a 50 anos. Sendo assim, passados 28 anos, muitos se encontram atualmente na faixa etária entre 58 a 78 anos o que justifica os estudos relativos à sucessão e a reprodução social. Além disso, entre os entrevistados verificou-se que 18% possuem 05 filhos; 14% deles possuem 04 filhos; 27% possuem 03 filhos; 18% possuem 02 filhos e 18% possuem 01 filho. Entre as famílias assentadas da primeira geração há muitos casos em que as famílias conseguiram lotes ao mesmo tempo. Sendo assim há vários casos em que os pais e filhos possuem seus lotes.

As entrevistas realizadas em pesquisa de campo no Assentamento Reunidas em 2012 revelam diferentes situações com relação à reprodução social no assentamento. Em aproximadamente 50 % dos lotes, onde realizamos as entrevistas, constatamos que um dos filhos vai assumir o lote e o trabalho dos pais. Entre esses os sujeitos da segunda geração que permanecem no lote é possível verificar o forte sentimento de identidade com o lugar. As entrevistas revelam que o assentamento é visto como local de vida dentro de uma construção social em contínua reformulação em relação a modos de vestir, símbolos, espaços coletivos, equipamentos coletivos e valorização de bens de consumo que marcam fortemente o cotidiano vivido dentro de uma pluralidade de códigos e referências simbólicas.

Há que se pontuar que essa identificação com a localidade, em alguns casos, surge depois de experiências sociais de vulnerabilidade fora do assentamento, sobretudo devido a vivências negativas em trabalhos desgastantes nas cidades. A ida para trabalhos nas cidades, geralmente, não é acompanhada de um devido planejamento e, por falta de qualificação, eles vão desempenhar trabalhos pesados. No caso dos jovens do Assentamento Reunidas, alguns relataram que foram trabalhar no frigorífico da cidade e que este trabalho era muito desgastante. Assim, sem as referências sociais que o assentamento garante os sujeitos vivenciam um estranhamento com relação à cidade. É nesse sentido que a volta ao lote representa voltar ao lugar de vida, isto é, “(...) o lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e o lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)” (WANDELEY, 2007, p.21). É o “porto seguro” onde se tem a segurança da moradia e dos alimentos plantados, é o local onde o “Ser” na sua maior intimidade e profundidade pode descansar, a despeito das peijas que o cotidiano vai apresentar, é a verdadeira sensação de estar em casa. Ou seja, seu ideário de vida esta em sintonia com aquela da primeira geração.

As trajetórias, de *idas* e *vindas*, desses sujeitos permitem que eles acumulem diferentes experiências sociais e repertório para definirem novas estratégias para vencerem o desafio de permanência no lote diante das frágeis políticas de acesso ao crédito, os limites dos programas de compra de alimentos realizados pelo governo federal por meio da CONAB e as precárias assistências técnicas oferecidas aos assentados que não proporcionam sofisticação e inovação. Esses são os maiores desafios que os sujeitos da segunda geração identificaram quando questionados sobre as dificuldades da permanência. Segundo eles, esses fatores interferem diretamente na possibilidade de conseguir uma boa renda somente com o trabalho no lote e, por isso, as estratégias de permanência em sua grande maioria compreendem a busca de alternativas de geração de renda fora do trabalho agrícola, por meio do assalariamento (na cidade e/ou no assentamento), e em outras atividades como o arrendamento de parte do lote e investimento em atividades de comercialização.

As experiências vividas e trajetórias apontaram em nossas pesquisas para uma reformulação das identidades/territorialidades desses sujeitos, uma vez que a ligação com o assentamento se ressignifica quando comparada aos valores, objetivos e à ética que norteava os projetos da primeira geração. Nestes termos, a segunda geração não vê a terra apenas como um modo de vida vinculado ao Ethos camponês, mas um local que proporciona segurança e retorno financeiro à medida que se consegue dinheiro para investimento. Diferente da primeira geração o dinheiro aparece de forma muito marcante nos depoimentos dos sujeitos da segunda geração, pois ele, o dinheiro, é visto como o mediador para viabilizar o acesso aos bens de consumo muito valorizados e buscados. Nesse sentido é possível identificar que há uma mudança significativa no que se tinha como os valores morais do *ethos* camponês tradicional, com uma ligação sentimental com a terra e do sujeito da reforma agrária, antes ligado à transformação social por meio da luta política pela terra, para uma nova forma de permanência da segunda geração, que reformula sua identidade para algo não fechado e definido em um jogo de referências performativamente construídas (HALL, 2011). É possível verificar a coexistência e transição de valores entre as duas gerações, o que implica em territorialidades em tensão, que pode remeter a desequilíbrios, adaptações e re-equilíbrios entre os integrantes da família.

A partir das informações qualitativas da pesquisa selecionamos cinco casos para exemplificarmos essa dualidade entre ficar/sair e os motivos que levaram a essa movimentação.

No 1º caso selecionado, a entrevistada Sra. J. de 39 anos que morava em outro lote no mesmo assentamento com mãe, assumiu o lote quando seu tio Jaime voltou para a cidade para tratar questões de saúde. Ela mora com seu marido, F. de 38 anos; sua filha G. de 18 anos, que ainda mora no lote e trabalha de monitora de alunos em uma escola de promessa ajudando eventualmente nas atividades do lote; H. e K. ambos estudantes do ensino fundamental. A renda do lote é de aproximadamente 36 mil reais ao ano. A entrevistada menciona que gosta de trabalhar no lote, que tem prazer em plantar e em ver os frutos que a luta pela terra rendeu à sua família.

Quando questionada sobre a reprodução social, “Você acha que essa nova geração consegue continuar “tocando” o assentamento?”, a entrevistada nos respondeu:

Alguns até que não, mais a maior parte eu acho que sim, acho que as famílias conseguiram ensinar bem os afazeres na terra e eles gostam de ver o trabalho, “as coisa plantada e o lucro que dá”. Outros não. Não deu muito certo, acho que eles não tem vocação para isso, não acho que tem muito a ver com pais, acho que realmente não deu certo, eles não tem vocação. Mais esses são bem poucos.

Questionando-a ainda, “Você que vive no assentamento desde os processos de luta pela terra e da demarcação dos lotes, acha que os jovens e seus projetos de vida ainda são os mesmos? O que mudou com o passar do tempo?”, obtivemos a resposta:

Eu acho que eles pensam melhor hoje. Tem mais oportunidades de trabalho e de fazer uma faculdade. Por exemplo, lá na agrovila da minha mãe tem muitos que fizeram faculdade e agora estão voltando com suas famílias. Outros têm condição de sair mais gostam, preferem ficar aqui, então eu acho que é muito balanceado. O projeto de vida mudou, melhorou, tem mais oportunidade.

No segundo caso selecionado o entrevistado J. C., morador do assentamento desde 1987 e participante do processo de ocupação, possui quatro filhos sendo que dois que são menores de idade e moram com ele no lote junto com a esposa. Os outros dois moram na cidade. J. C. é filho de outro assentado, entrou na luta pela terra junto com o pai na década de oitenta, trabalha no lote com os filhos e a esposa. Possuem uma horta e tiram seu sustento da produção, vendendo seus produtos na feira. Os filhos estão se formando no ensino técnico em agricultura e trabalham no lote com produtos sem utilização de agrotóxicos, trabalham com o método da compostagem que aprendem no curso. A família gosta muito de produzir desse modo, porém se queixam que o retorno financeiro não é do modo que eles gostariam. A esposa também enfatizou durante a entrevista que gostaria muito de mudar-se para a cidade.

Em um terceiro caso observado a assentada N. de 55 anos, que não conseguiu terminar o ensino fundamental e se divorciou do marido quando já morava no lote, relata que ele foi embora e que ficou sozinha no lote com os filhos. Há algum tempo ela já vinha sofrendo com problemas de saúde que se agravaram com o surgimento de um AVC. Após essa complicação em seu quadro de saúde ela foi morar com a irmã em outro lote o qual pertencia a sua família e que foi dividido em dois (informalmente já que o INCRA não permite esse procedimento) ficando meio lote para a C., filha de 34 anos e sua respectiva família – L., genro de 24 anos; J., neto de 9 anos – e a outra metade para C., filho de 27 anos e sua respectiva família – C., nora de 24 anos; R., neta de 2 anos. Eles relatam a dificuldade para adquirir financiamento, já que o mesmo tem que ser feito pela N. que é adoentada. Outro problema apontado por eles é sobre o fato de que a CONAB só fornece uma cota por lote. Com apenas esses relatos, já nos fica claro a dificuldade de acesso das políticas públicas para os jovens e/ou 2º Geração que querem continuar no assentamento.

Sendo assim, como não conseguem produzir no lote procuraram outras formas de trabalho. O marido de C., L., trabalha para A., filho de outro assentado em outro lote no mesmo assentamento; e C. é pedreiro na cidade. Eles também alegam que a renda deles vem de outros trabalhos que não do lote, porque sem financiamento/sem empréstimo, não tem como produzir.

No quarto caso selecionado o entrevistado J. C. que acampou nas terras de Promissão em 1987, se casou com G. quando já estava assentado. Possuem duas filhas; J. de 16 anos e G. de 13 anos. Vivem da renda do lote e trabalham com plasticultura. Para ele a realidade dos jovens é diferente do tempo dele. Em suas palavras *“O projeto de vida dos jovens é outro, a história é outra.”* Para ele, uma maneira dos jovens permanecerem seria *“industrializando o campo, investindo em tecnologia e beneficiando os produtos do campo, deveria ter mais lazer também, esportes variados, academia.”* Também cita que os jovens deveriam ter mais acesso a estudos técnicos. O entrevistado acredita que a ‘reforma agrária é uma dádiva de Deus, mas que *“cada tempo tem suas exigências”*. Para ele a reforma agrária *“não tem futuro porque o jovem não quer ficar, quer ir embora, pois não há projetos para eles.”* É importante ressaltarmos que o entrevistado foi vereador na câmara municipal de Promissão e da direção estadual do MST. Ao entrevistarmos sua filha mais velha, de 16 anos J., verificamos que esta terminando o ensino médio, que não gosta do trabalho na roça e seu desejo é ir morar em Sorocaba e estudar faculdade de medicina. Em seu depoimento salienta que *“Minha vontade mesmo é fazer faculdade de medicina e depois ir morar com meu avô em Sorocaba “Porto feliz”, também é assentamento, 10 minutos da cidade, eu falei assim pro meu pai que eu preferiria morar perto mais dos meus parentes, ter companhia é mais fácil pra sair pra algum lugar, quando vou para lá a gente vai ver filme, vai pro shopping.”*

No quinto caso selecionado, entrevistamos mãe e filha. A. e K. A mãe A. acampou junto com os pais e irmãos. São seis irmãos e cinco obtiveram lote. O lote dos pais, que estão aposentados e idosos já foi passado para a irmã caçula. É casada, possui três filhos, k. 24 anos que estudou direito, esta casada com o filho de outro assentado do mesmo lote. Ele estudou técnico em mecânica. Estão morando em Campinas. A outra filha, Ke. tem 19 anos, é monitora escolar, trabalha em Promissão e está afazendo faculdade de pedagogia. O outro filho, 18 anos D. *“ Ele adora trabalhar aqui, quer mexer com o gado pro resto da vida... acho que ele vai ficar. Ele é meio atrasado na escola, tá no sexto ano.”* Ao indagar se o D. tem atividade no lote destacou que ele ajuda o pai com o gado. Ao ser indagada se o projeto de vida dos jovens é o mesmo que os lutaram pela terra da sua geração. Ela destaca que *...“mudou muito... o próprio assentamento, a juventude participava, queria ficar antigamente. Os jovens assumiam a catequese, os jovens, as festas daqui. Os jovens não querem mais, eles acham que é pagar mico. Criticam a gente.”* Segundo k., sobre essa mesma questão *“É que também aqui não tem projeto de vida aqui. Não dão atenção para eles, os jovens. Não passaram os valores para os jovens ficarem.”* Pergunto a A. se a nova geração de jovens continua tocando o assentamento? *“Eu acho que mais ou menos... alguns vão embora e ficam. Outros voltam. A volta para cá é muito grande. Eles não conseguem ter emprego lá. É difícil dizer. Hoje em dia as coisas são mais fáceis..”*

Entendemos que a tensão entre “permanência” ou “saída” dos jovens do assentamento tem uma relação direta com o aspecto da necessidade da luta pela terra que perpassa a vida das famílias assentadas. Apesar dos fatores que o atraem para fora dela, o compromisso desse indivíduo com a terra é preponderante, pois dele depende o futuro de seus familiares assentados e seus respectivos lotes. Além disso, por meio da pesquisa¹ se torna possível vislumbrar a tendência acerca da continuidade dos filhos dos assentados para além da presença dos assentados originais, o que se constitui numa ferramenta importante e necessária para avaliar o duplo potencial da Reforma Agrária: como política pública de democratização da estrutura fundiária brasileira, e como instrumento de política de inclusão econômica e de geração de renda para populações antes marginalizadas nos centros urbanos.

Referências

ANDRADE, Márcia Regina de O. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998

ARBAROTTI, Alexsandro Elias. *Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia CECH/UFSCar, 2014.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu : Sociologia*. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática. 1983.

BRUMER, A. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*, Em: *Juventude Rural em perspectiva*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. *Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa. *Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. 2007.

¹ É importante destacar que a pesquisa está em pleno curso e as entrevistas abrem perspectivas para outras questões que merecem ser trabalhadas, mas que não puderam ser detalhadas nesse texto. Destacamos a questão da *herança dos lotes* que envolvem elementos como: o envelhecimento, lotes sem sucessores e a divisão dos lotes entre irmãos. Sobre o envelhecimento, é possível identificar cada vez mais a dificuldade de sucessão, seja por falta de interesse dos mais jovens, ou por causa do tradicionalismo dos mais velhos que impedem a entrada gradual das gerações mais novas. A isso se deve ao problema da falta de sucessores em alguns lotes, pois os filhos não tendo interesse em permanecer no assentamento mudam para as cidades e os pais, idosos, ficam sem condições de produzir as suas terras. Muitos vendem as benfeitorias e também migram para a cidade. Vem ocorrendo, de modo sistemático, o arrendamento de terras dentro do assentamento e algumas terras vem ficando ociosas o que vem alterando as relações de produção e reprodução social. Ainda na questão da herança, outro ponto a ser destacado, e que está ligado à formulação da própria política de assentamento, é a divisão do lote, pois no caso de mais de um filho ter interesse em permanecer na terra a divisão do lote não pode ser feita de modo oficial o que limita o acesso aos já escassos recursos de crédito e políticas de compras de alimentos.

- CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, (1925) 1974.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, B. M. *Assentamentos como territórios*. In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
- FERNANDES, B. M. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*. Observatório Social da América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LACERRA, B.L.; SIMONETTI, M.C.L. *Juventude Rural: A Construção de um Conceito*. Araraquara, Nupedor, 2014. (www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/02/2A/9_Bruno%20Lacerra.pdf)
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991
- LOERA, Nashieli. *A Espiral das Ocupações de Terra*, Editora Polis e Ceres-UNICAMP, São Paulo, 2006.
- MALDI, Denise *A questão da territorialidade na etnologia brasileira*. Revista Sociedade e Cultura. 1(1). Jan-Jun. 1998.
- MANNHEIM, K. *El Problema de Las Generaciones*. Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168 ["Das Problem der Generation", in Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk, hg. von Kurt H. Wolff, Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1964, pp. 509-565; "The Problem of Generations", in Essays on the sociology of knowledge, edited by P. Kecskemeti, Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 251-273] [1928]
- SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. Marília: Laboratório Editorial, 2011.
- TAVARES S. J. V. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho*
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro*. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (orgs) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de pesquisa (mimeo), 2003.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K.; *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.
- WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Brasília, DF: UNB; Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológica, 87